



Programa de Assessoria à Pastoral (Pp)

“Esperança na Justiça”

Haroldo Reimer

MOSAICOS DA **B**ÍBLIA

Apresentação

A profecia, em Israel, surgiu junto com a monarquia, e com o final desta, silenciou sua voz.

Ela conheceu um momento importante com o avanço dos assírios na Palestina, no século oitavo a.C., e pelos babilônios, no século seguinte. Este período foi marcado pela expansão dos interesses da cidade sobre o campo. Isso, por um lado, implicou tanto na agressividade dos exércitos nacionais, que buscavam alargar as fronteiras, quanto numa profunda exploração dos lavradores e camponeses.

Os profetas foram os intérpretes dessa realidade, os porta-vozes dos movimentos camponeses e das lutas populares. Criticaram tanto a opressão nacional, quanto a internacional, já que neste processo, os reis nacionais eram os intermediários da exploração feita por assírios e babilônios.

Assim, a profecia é a visão destes impérios, mas na perspectiva daqueles que foram pisados ou que tiveram suas vidas interrompidas pela violência. Os profetas falaram da destruição dos poderes opressores, mas, sobretudo, anunciaram a esperança!

Este número do **Mosaicos da Bíblia** reúne dois ensaios, cujos temas: “Poder e Esperança”, “Direito e Justiça”, são muito importantes na mensagem dos dois grandes profetas, Isaías e Jeremias.

José Adriano Filho

Mosaicos da Bíblia reúne textos do campo bíblico que circulam entre colaboradores e participantes da produção de conhecimento do Programa de Assessoria à Pastoral.

Todos os textos poderão ser reproduzidos ou utilizados em outras publicações, desde que sejam creditados: o (a) autor (a), o Programa de Assessoria à Pastoral e o CEDI.

Aquisição de números anteriores e assinatura, escreva ao Setor de Distribuição do CEDI.

Edição e Revisão: Milton Schwantes
Jane Falconi F. Vaz
José Adriano Filho

Digitação: Jane Falconi F. Vaz
José Adriano Filho

Editoração Eletrônica: Claudia Salvetti Sanzochi

São Paulo, julho/agosto/setembro de 1993.

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Av. Higienópolis, 983 - 01238-001 São Paulo SP - Brasil

Fone: (011) 825-5544 - Fax: (011) 825-7861

Rua Santo Amaro, 129 - 22211-230 Rio de Janeiro RJ - Brasil

Fone: (021) 224-6713 - Fax: (021) 221-3016

Poder e esperança

Um estudo de Isaías 10,27b-11,9

Haroldo Reimer

Poder e esperança são temas de nossos tempos. São anseios populares.

Mostram-se nas lutas contra formas autoritárias de poder. Mas também nas diversas expectativas de ver concretizada uma forma nova de poder: um poder popular, que tome os excluídos como um parâmetro do seu agir regulador sobre a sociedade civil. Temos aí um texto de incrível atualidade.

Um texto profético do século 8 a.C.

O texto que vamos estudar é uma profecia de Isaías. Surgiu em Jerusalém. Esse era o lugar de atuação desse profeta. De lá ele observa os desenvolvimentos da política internacional e os ajustes internos, na corte em Jerusalém, diante dos novos avanços.

Estamos no tempo da expansão do domínio dos assírios sobre a Palestina. Em 722 a.C., o exército assírio toma a cidade de Samaria, capital do reino do Norte/Israel. Aí muita gente é morta, outros são deportados, outros ainda conseguem fugir para o sul. Buscam abrigo junto às cidades maiores, Jerusalém e Laquis. A arqueologia parece evidenciar indícios dessa fuga maciça para o sul.

Havendo derrocado o reino do Norte, os assírios buscaram expandir o seu domínio também sobre a parte sul da Palestina. Conquistar a Eretz Yisrael (Terra de Israel) sempre foi o alvo dos invasores estrangeiros, para garantir, assim, o acesso até o Egito. Em 701 a.C., os assírios fizeram a tentativa mais ousada para ocupar e conquistar o sul. Sitiaram e destruíram a segunda cidade mais importante do reino, a cidade de Laquis. Simultaneamente, cercaram também a capital Jerusalém.

É possível que o nosso texto de estudo provenha desse período, ou até dessa situação histórica. Mas é possível também que tenha tido sua origem alguns anos antes, numa das várias incursões dos assírios pelo território da Palestina. Em todo caso, o texto é do século 8 a.C.. Situa-se entre 722 a 700 a.C..

Estrutura e texto

O texto de Isaías 10,27-11,9 tem uma interessante dinâmica interna.

Ele inicia com a visão de um inimigo poderoso que se aproxima (10,27-32).

Aí se desenrola uma ação simbólica, expressa em forma de metáfora (10,33-34), e na qual se trava uma luta contra o poder constituído. Do negativo do poder, o texto passa para o alvorecer da esperança (11,1), que está assentada em muitas bases (11,2-5). Sua consequência será uma paz paradisíaca (11,6-8) e, por fim, “nenhum mal se fará... no monte” (11,9).

- 10,27b *Ele sai de Samaria,
vem de Aiate,*
- 10,28 *passa por Migrom,
e em Micmás deixa larga a sua bagagem.*
- 10,29 *Ele atravessa o vale:
"Geba seja o nosso acampamento noturno!"*
- 10,30 *Ramá treme de medo, Gibeá de Saul foge.
"Grite bem alto, ó aldeia de Galim,
presta atenção, ó Lats,
responda a ela, ó Anatote!"*
- 10,31 *Madmena foge,
os habitantes de Gebin põem-se em segurança.*
- 10,32 *Ainda hoje ele tomará posição em Nob.
De lá ele cingirá ameaçadoramente a sua mão
contra o monte da filha de Sião
contra os altos de Jerusalém.*
- 10,33 *Eis!
O Senhor Javé dos Exércitos
está cortando o matagal com violência
As árvores de porte alto serão derrubadas
e as altivas serão abatidas.*
- 10,3 *E cortará com ferro a madeirama entrelaçada.
E o Líbano cairá pela mão de um poderoso.*
- 11,1 *E sairá um rebento do tronco de Jessé,
um renovo de suas raízes brotará.*
- 11,2 *E sobre ele pousará o Espírito de Javé-Deus.
o Espírito da verdade e do discernimento
o Espírito do conselho e da coragem,
o Espírito do conhecimento e do temor de Deus.*
- 11,3 *(E ele se inspirará no temor do Senhor.)
Não julgará segundo a vista dos seus olhos,
nem decidirá pelo ouvir-dizer.*
- 11,4 *E julgará em justiça os pobres,
e decidirá em retidão a favor dos humildes do país.*

- Baterá o opressor com a vara de sua boca,
e matará o perverso com o sopro de seus lábios.*
- 11,5 *A justiça será o cinto dos seus quadris,
e a fidelidade o cinto de seus rins.*
- 11,6 *At o lobo habitará com o cordeiro,
e o leopardo junto com o cabrito descansará;
o bezerro e o leãozinho crescerão (engordarão) juntos
e um menino poderá levá-los juntos para pastar.*
- 11,7 *At a vaca e a urso pastarão juntas,
e suas crias juntas estarão assentadas,
o leão comerá palha com o boi.*
- 11,8 *At a criança de peito brincará sobre a toca da cobra,
e o recém-desmamado estenderá sua mão sobre a toca da
serpente.*
- 11,9 *E não se fará mal algum em todo o meu santo monte,
pois a terra/cidade estará cheia do conhecimento de
Javé-Deus,
assim como as águas que enchem o mar.*

Um inimigo se aproxima do norte (10,27-32)

O original hebraico do início do nosso texto foi entendido de formas diversas. Há várias propostas de leitura. A versão do Almeida propõe ler “Assíria”. Historicamente isso pode estar correto, mas já é uma interpretação do texto difícil nesse ponto. O profeta visualiza um exército inimigo se aproximando. Ele vem do norte, mas fica em aberto de quem se trata. O profeta se encontra em Jerusalém, no sul. O inimigo sai de Samaria.

Provém da antiga capital do agora destruído reino do Norte.

Após um curto período, o inimigo chega a Aiate. De lá ele vai para Migrom e em Micmás ele “larga a sua bagagem”. Deve tratar-se dos espólios que o inimigo já arrancou de aldeias e cidades subjugadas. Micmás era uma fortaleza na fronteira entre o antigo reino do Norte e Judá. Era o último lugar seguro, onde o inimigo poderia deixar guardado o espólio dessa incursão antes de adentrar o território do reino Sul.

Depois disso, ele passa um vale profundo, no qual, em tempos de chuva, corre um riozinho chamado *wadi es suwenit*. Depois de transpor esse vale, o inimigo do norte se encontra em território alheio. A fronteira foi ultrapassada.

“*Geba seja o nosso alojamento noturno!*” Isso foi a palavra de ordem no final do dia. Geba era uma cidade fortificada na parte nordeste do reino do Sul. Mas nunca fora muito forte. Esta deveria servir de alojamento noturno para o exército inimigo.

A partir da indicação do primeiro alvo e, considerando a topografia da região e o transcurso das rotas comerciais nela, torna-se evidente que o inimigo não utiliza a estrada principal que passa no topo das montanhas, no divisor de águas entre leste e oeste. Os motivos para isso são perceptíveis: Junto à rota principal localizava-se a fortaleza Mispá (*tell en nasbe*). Era uma cidade muito bem fortificada para guarnecer a fronteira noroeste do reino. Estrategicamente, essa fortaleza era mais importante. Talvez por isso mesmo ela é evitada pelo inimigo. Este se aproxima por uma rota secundária. Vem, por assim dizer, pela porta lateral. O objetivo disso só pode ser um a taque-surpresa.

Com certeza não sabemos, mas podemos deduzir que a fortaleza Geba tenha sido ocupada para servir de alojamento noturno. O texto hebraico parece fazer uma pausa nesse ponto. É importante observar as formas verbais. Até o versículo 29a havia uma seqüência de verbos no tempo perfeito, que constata ações já concluídas. O versículo 29b tem verbos, expressando ações presentes. A partir do versículo 30 temos formas imperativas. Isso significa que as outras localidades mencionadas nos versículos 29-30 ainda não experimentaram a passagem do exército inimigo. Mas estão ameaçadas. “Ramá treme de medo, Gibeá de Saul foge”.

Elas se encontram no curso da possível rota para Jerusalém.

Geba tornou-se, pois, provavelmente, o alojamento noturno. E a noite se transforma agora em mensageira. Podemos muito bem imaginar que o profeta Isaías tenha apresentado em público esse dito na manhã do dia seguinte. A noite serviu de reflexão. “Com a noite, vêm as corujas”:

“Ramá treme de medo, Gibeá de Saul foge.

Grite bem alto, ó Bat-Gallim,

presta atenção, ó Laís,

responda a ela, ó Anatote;

Madmena foge,

os habitantes de Gebin procuram colocar-se em segurança“

(10,29b-31).

As notícias das corujas da noite desencadearam pânico entre as pequenas localidades. Sim, provavelmente, o alvorecer do novo dia foi o momento desse dito. Para isso parece indicar o versículo 32: “Nesse mesmo dia, ele se postará em Nob”. Ainda hoje! Nob era uma pequena localidade na parte nordeste do Monte das Oliveiras, provavelmente no Monte Scopus, onde hoje se localiza a Universidade Hebraica de Jerusalém. De lá, o inimigo levantará ameaçadoramente a sua mão: contra a filha de Sião, contra as elevações de Jerusalém.

No final dessa descrição percebemos claramente o alvo do inimigo que se aproxima do norte: assustar Jerusalém! Não dá pra dizer com certeza se se trata de uma conquista real ou de uma ação de amedrontamento. A conquista da cidade, em todo o caso, não seria uma tarefa fácil. Isso bem o documenta o longo tempo em que os assírios sitiaram Jerusalém em 701 a.C.. Tentaram, mas não conseguiram. Tiveram que voltar sem cumprir o objetivo.

Quem será este inimigo que se aproxima do norte? Há várias sugestões. A mais provável é de que, de fato, se trate de uma marcha do exército assírio. Podemos reconstituir, em traços gerais, a constelação política na época. O território da Palestina sempre foi “a terra entre...”.

No século 8 a.C., os assírios detêm a hegemonia em toda a região. Isso se conflagrou a partir de 722 a.C. com a derrocada do reino do Norte. A elite governante, funcionários, artesãos, profetas e sacerdotes foram deportados. Outras pessoas, assírios ou “pessoas de confiança”, foram

colocados em seu lugar. São estes que, de 722 a.C. em diante, administram a “província Samerina”. Não se pode afirmar com certeza se essa mudança trouxe algumas melhorias para as populações aldeãs. Para a elite, em todo caso, esses acontecimentos constituíram uma ruptura profunda.

Para o reino do Sul/Judá, bem como para outros pequenos reinos ao sul, esta nova situação política com a sede provincial dos assírios em Samaria constituía uma ameaça constante. Por isso, várias vezes ensaiaram rebeliões e até buscaram organizar uma coalizão de resistência. Aqui, em nosso texto pode estar-se tratando de uma ação-surpresa-e-alerta. Ao alvorecer, o profeta Isaías descreve a situação de tal modo que, ainda no mesmo dia, o inimigo se postará na parte noroeste do Monte das Oliveiras, cingindo ameaçadoramente sua mão contra Jerusalém.

A idéia de que um exército inimigo é o instrumento do castigo de Deus está bastante difundida no imaginário do profeta Isaías. Para ele, os assírios são instrumento na mão de Deus, são o braço estendido de Deus para realizar o juízo. Como esse juízo acontecerá no concreto, isso Isaías apresenta de diversas maneiras. De um modo geral e como uma espécie de fio vermelho, Isaías acentua que o juízo acontecerá por causa da opressão reinante no país. Em nossa passagem temos uma cena em que a “filha de Sião”, isto é, a parte mais fortificada de Jerusalém está sendo ameaçada.

Também aqui os inimigos do norte desempenham o papel de instrumentos. Assim pelo menos a questão se apresenta no imaginário profético de nosso Isaías.

Nós temos que levantar agora a pergunta como essa ação castigadora acontecerá no concreto. O que o texto nos informa a respeito? Quais são as conseqüências descritas nos versículos 33-34? Será um juízo total? Avassalador tanto para a elite quanto para o povo em geral? O que afirma o texto?

Árvores serão derrubadas (10,33-34)

Na descrição do texto até aqui, o profeta Isaías já via o inimigo postado sobre a colina mais elevada perto de Jerusalém. Ele já está postado no Monte Nob, dali ele cinge sua mão ameaçadoramente contra Jerusalém, especialmente contra a “filha de Sião”, isto é, a parte mais fortificada. Na continuação do texto esperaríamos agora o momento em que o inimigo vai atacar a cidade. Pois a descrição aqui feita se encaminha para isso.

Surpreendentemente, porém, o texto dá uma virada. Não o inimigo ameaçador, mas o próprio Deus põe mão à obra:

“Eis!

O Senhor Deus dos Exércitos

está cortando a galharada com violência (com ferro)”

(versículo 33a).

A imagem não corresponde bem à linguagem tipicamente militar. O profeta não vê os inimigos sitiarem a cidade, mas Deus cortando árvores.

Isso é dito de forma geral, um tanto anti-ecologicamente. Logo a seguir, no versículo 33b, a imagem é descrita com maior precisão:

“As árvores de alto porte serão derrubadas,

e as altivas serão abatidas".

Essa segunda parte do versículo 33 acrescenta uma significativa diferenciação. Não é todo o matagal que será cortado, mas somente os troncos grandes, de "alto porte" e as "árvores altivas".

A frase seguinte, do versículo 34a provavelmente se refere às árvores já caídas:

"E cortará com o ferro a madeirama entrelaçada".

Por fim há ainda uma frase conclusiva:

"e o Líbano cairá pela mão de um poderoso"

(versículo 34b).

Esta metáfora não é nada fácil de interpretar e a dificuldade não é somente minha. A imagem de derrubar árvores de "alto porte" poderia ser entendida de uma forma muito geral. Ou, como alguns sugerem, a metáfora das árvores poderia conter em si ainda uma outra metáfora, a saber, que as árvores de "porte alto" ou "altivas" sejam uma indicação para o orgulho humano em geral. Não creio que seja isso o que o texto queira expressar, pois para isso não há nenhuma indicação no contexto. O texto tem que ser entendido de outra forma. Vejamos:

a) A primeira cena do versículo 32 dá uma indicação muito importante. O inimigo que se aproxima é a mão estendida do juízo de Deus - assim no imaginário de Isaías. E esse juízo deverá concretizar-se contra a "filha de Sião", a colina de Jerusalém. Isso pelo menos pode-se deduzir com relativa certeza da imagem do inimigo cingindo ameaçadoramente a mão.

Para a interpretação da metáfora das árvores isso significa que os de "porte alto" e "altivos" devem ser localizados *em Jerusalém*.

b) Uma outra indicação para a interpretação da metáfora do corte de árvores (versículos 33-34) é dada pelo início de Isaías 11. Aí sabidamente se fala do "rebento" que sai do "tronco de Jessé". Considerando que o início do capítulo 11 está, na verdade, vinculado com o final do capítulo 10, as duas imagens, isto é, a do corte de "árvores altivas" e a do "rebento" novo estão intimamente relacionadas. É quase assim que Isaías 10,33-34 constitui a parte negativa para o positivo que desponta em Isaías 11.

Vamos olhar com mais vagar a imagem positiva de Isaías 11,1. O texto afirma:

*"E sairá um rebento do tronco de Jessé,
um renovo de suas raízes brotará".*

Esta imagem carregada de esperança dá uma importante indicação para a compreensão da imagem anterior. Refiro-me ao "tronco de Jessé". Com essa expressão é dada uma identificação histórica. Jessé não é outro senão o pai de Davi. E com Davi sabidamente começou a institucionalização da monarquia em Israel. O nome de Jessé, portanto, remete para o início deste desenvolvimento. "Jessé é, por assim dizer, o antepassado honorífico de todos os reis de Judá. E "tronco de Jessé" certamente está apontado para a linhagem e a dinastia davídica em Judá.

A partir da menção do "tronco de Jessé" podemos, com relativa certeza, concluir que com isso há uma clara referência à casa monárquica que remonta a Jessé. Alguns exegetas indicam, neste contexto, para o fato de que, no âmbito das línguas semíticas, o descendente de uma linhagem ou

família comumente é designado de “rebento”, “renovo”, “broto a partir da raiz”. Assim temos dois indícios que nos ajudam a passar do nível metafórico para o nível histórico. Podemos identificar social e historicamente as pessoas ou grupos referidos nas figuras de linguagem em questão.

Resumindo, poderíamos entender a imagem em Isaías 10,33-34 de tal modo que as árvores de “alto porte” e “altivas” que Javé-Deus está cortando são, à nível histórico, o tronco genealógico da casa real davídica. Deus colocará o ferro, isto é, o machado naquelas pessoas que, naquele momento histórico, perfazem as ramificações do “tronco de Jessé”. Deus mesmo vai derrubar este “emaranhado”.

Nessa ousada identificação social da figura de linguagem dos versículos 33-34 permanecem algumas tensões. À nível literário, de texto portanto, há uma tensão entre o singular e o plural. Em Isaías 10,33 e em 11,1 fala-se claramente de *um* tronco. Em Isaías 10,34, contudo, parece-se pressupor um conjunto de árvores. Isso se verifica nas expressões “de porte alto”, “altivas”, mas também em “Libano” e “madeirama”. Como se explica isso?

Alguns tentam explicar essa tensão, afirmando que o original seria somente a primeira metade do versículo 33, e 11,1 seria a sua continuação imediata. Os outros versículos (33b-34) seriam acréscimo secundário.

Outros tentam explicar isso, dizendo que aí teríamos duas tradições como pano-de-fundo. Creio, porém, que essa tensão entre o plural e o singular pode ser entendida de outro modo. Precisamos fazer uma rápida retrospectiva histórica para perceber como no tempo de Isaías, no século 8, portanto, a casa real davídica pode ser designada com expressões plurais.

Sabidamente em Israel o reinado teve início, de uma forma centralizada, com Davi.

Com respeito ao reinado de Saul costuma se falar de um “reinado de batalha”. Com Davi começa um governo central. Antes, os israelitas viviam em tribos, subdivididos em “associações de famílias” e “casas”. Essas eram as formas de organização primárias na época pré-estatal. Nesse tipo de organização social buscava-se manter relações de igualdade na produção e na distribuição da produção. Também o poder de decisão política cabia às tribos e ou às associações de tribos. Esse tipo de organização social tem sido designado de “sociedade segmentária”, isto é, cada agrupamento é um segmento dentro de uma corrente maior.

Com a organização do reinado, esta corrente foi rompida para dar lugar a uma organização centralizada. Foi introduzido um exército regular, um corpo de funcionários, também religiosos (sacerdotes e profetas). A partir desse momento histórico, dá-se início a um conflito profundo na sociedade.

Os círculos não-produtores ligados ao poder centralizado buscam viver cada vez melhor às custas dos pequenos camponeses e pastores, na medida em que recolham tributos regulares. O conflito básico, pois, gira em torno da apropriação de um excedente da produção agrária. Este tipo de sociedade tem sido designado de “sociedade tributária”. Pois cada desenvolvimento nesse tipo de formação social, seja para a expansão do poder central ou para o reforço das estruturas segmentárias, tem a ver com o recolhimento dos tributos. Estes podiam ser de várias espécies: entregas em forma de produtos agrícolas, ofertas religiosas como o dízimo, ou o trabalho forçado temporário (corvéia). O rei e seus funcionários também tinham direitos de lançar mão de mulheres, crianças e homens que compulsoriamente podiam ser requisitados para serviços diversos na corte (confira a polêmica acerca disso em 1 Samuel 8,11-15).

Em conseqüência desse desenvolvimento, a constelação social mudou em pouco tempo. Externamente, a arqueologia consegue demonstrar muito claramente que, a partir daí, ao lado das aldeias e pequenas cidades interioranas, passam a existir uma série de cidades fortalezas. Nestas moravam, em geral de forma bem mais luxuosa, funcionários ligados à corte. Estes podiam ser

egressos das fileiras camponesas, onde enriqueceram graças às novas possibilidades criadas com o reinado. Por parte do reinado, sentia-se, no início, a necessidade de legitimação, seja através de préstimos militares, reforços ideológicos culturais ou proféticos.

Assim, buscava-se tornar aceitáveis os percalços opressivos do novo caminho empreendido. Desde o início também organizavam-se em grupos que ensaiaram resistência contra a instalação da monarquia centralizada. Eram grupos que perseveravam na fé javista como expressão viva da vida segmentária. Na herança, mas também na continuidade desse movimento, situam-se os profetas radicais, especialmente a partir do século 8. Profetas como Amós, Miquéias, Jeremias e outros provinham eles mesmos da roça. Eles denunciavam as novas situações como opressão e exploração. Não usam meias-palavras. Dão nomes aos bois! Declaram os agentes e os mecanismos de opressão e exploração como anti-divinos e anunciam um juízo divino, que vai instaurar uma nova ordem. O nosso texto de estudo é um fragmento da mensagem de juízo do profeta cidadão Isaías.

A partir dessa retrospectiva histórica é mais facilmente compreensível porque a casa real na época de Isaías podia ser designada no plural. O que, no início, havia surgido como uma árvore, veio a tornar-se, no curso da história, uma ramificação de árvores. A casa real, a elite cortesã era um plural de “alto porte”, de “altivos”. Parecem-se com as partes entrelaçadas e enramadas de um velho pé de oliveira. Eles são o “jardim do Líbano” em Jerusalém. São um monte de árvores altivas. Contra eles Deus vai atuar como lenhador. Ele próprio vai derrubar as diversas ramificações do tronco até sobrar somente o tronco, um emaranhado de raízes. Esse é o juízo que o profeta Isaías está anunciando contra Jerusalém.

Um rebento sairá - esperança e crítica (Isaías 11,1-5)

Em cima desse anúncio de juízo irrompe a esperança em todo o seu fulgor. “É noite, mas eu canto, pois a manhã há de chegar.” A imagem do novo, do positivo é como o despontar da primavera.

*“E sairá um rebento do tronco de Jessé,
um renovo de suas raízes brotará”.*

Esta imagem pode ser entendida da melhor forma a partir de uma prática agrícola na Palestina, em uso ainda em nossos dias e certamente também um costume arraigado na época de Isaías. Um pesquisador dos métodos e costumes na agricultura da Palestina no início do nosso século 20 descreve a questão da seguinte forma:

“Como um pé de oliveira silvestre é tido como mais vigoroso do que os tipos domésticos, costuma-se pegar brotos comuns saídos das raízes de um tronco velho; aí estes são plantados/enxertados... Pode acontecer que, ao redor de um tronco velho, o qual, por fim, é cortado, surjam vários rebentos, que crescem e produzem como enxertos. Assim, surgem vários vigorosos pés de oliveira ao redor e brotados do tronco velho” (Gustaf Dalman).

Em nosso texto, a afirmação deve ser entendida preferencialmente em sentido político. A imagem descreve a esperança por um novo governante. Espera-se algo novo. É interessante, porém, que este novo é expresso, olhando-se retrospectivamente para o início da história de Israel, mais especificamente para a época em que não havia ainda rei em Israel, sim até antes de existir uma dinastia monárquica nesta terra de Deus. Nessa retrospectiva, o novo início, no qual se deposita

toda a esperança, não se dará com a figura de Davi ou mesmo Salomão. Não. O novo segue ainda mais suas raízes rumo à fonte. Temporal e experiencialmente ele é situado numa época em que, internamente em Israel, ainda não se fizera experiências de opressão e exploração com a instituição do reinado.

A história terá um novo começo. Esta esperança expressa pelo profeta Isaías somente pode partir e ser compartilhada por pessoas que, nas circunstâncias históricas da época, sofriam as dores da sociedade. Esse novo início somente poderá acontecer se o velho tronco, respectivamente as árvores “altivas” e de “alto porte” forem abatidas. Isso é o pressuposto para a esperança das pequenas árvores. O novo da história terá que passar por uma fase de “purificação”, de “desbaste”.

Esse jeito de pensar é característico de Isaías. Basta lermos com vagar o trecho de Isaías 1,21-26. Nesse texto é afirmado que, a cidade, que “se tornou assassina”, voltará a ser “cidade de justiça” se passar por uma “purificação”, assim como se purifica os metais preciosos, separando deles a escória.

A meu ver, pois, a imagem do corte do velho tronco, respectivamente das árvores grandes significa a destruição da casa real e dos grupos íntima e estruturalmente com ela ligados. Este é o momento, de dor certamente, em que o novo poderá vir à luz. É o pressuposto para o reinício esboçado e esperado.

O esperado novo governante será dotado de dons especiais (Isaías 11,2). Estes lhe serão dados pelo próprio Deus. Visto a partir de seus dons, será como, um sábio piedoso. Os desdobramentos de seus carismas, ou as conseqüências práticas de seus dons manifestar-se-ão no âmbito da jurisprudência.

Com relação a essa nova figura messiânica são feitas afirmações que, via de regra, tanto na Bíblia quanto no Antigo Oriente, aplicam-se aos reis (veja Salmos 46; 72; 110). São, na verdade, expressão daquilo que a instituição do reinado deveria ser. É ideologia real ou régia. A tarefa primordial dos reis deveria ser fazer justiça aos pobres, isto é, engajar-se em favor dos fracos, dos humildes; fazer com que os empobrecidos tenham condições de ver os seus direitos realizados. Temos aí em nosso texto, portanto, expressões da ideologia monárquica como era cultivada em Jerusalém e Judá. Mas isso não é somente fraseologia. Por detrás dessas expressões e expectativas há profundas experiências de pessoas no contexto histórico daquela época.

Uma das ênfases da denuncia social do profeta Isaías é de que o direito dos pobres é constante e sistematicamente violado. Isso perfaz uma parte essencial de sua mensagem. Vejamos alguns exemplos:

“Os seus príncipes são rebeldes

e companheiros de ladrões.

Eles amam presentes de suborno

e correm atrás de presentes de agraciamento.

Não fazem justiça ao órfão, a causa da viúva não chega até eles”

(Isaías 1,23-24).

Numa outra passagem, a exploração dos pobres toma caráter mais geral. O povo oprimido é visto por Isaías como uma plantação de uvas que vai ser consumida:

“Vós consumistes a vinha,

*o que foi roubado dos pobres está em vossas casas.
O que há com vocês?
Vocês esmagam o meu povo
e trituram o rosto dos pobres."*

(Isaías 3,14).

Na corte até são formuladas novas leis que inclusive tiram a base legal para que os pobres possam ir a processo contra os seus oponentes:

*"Ai!
Formuladores de fórmulas de desgraça,
escribas/annotadores que continuamente escrevem desgraça,
para desviar o pobre do processo no portão
e para retirar dos oprimidos do povo o direito de reclamar,
para transformar as viúvas em presa sua,
e os órfãos são por eles espoliados."*

(Isaías 10,1-3).

Tais expressões de crítica ao direito reinante naquela situação temos que ler por trás do texto de esperança de Isaías 11,1-5. São justamente as experiências amargas de uma parte do povo que se colocam por trás da profecia. O que se espera e o que é anunciado é um rei, que irá concretizar o direito dos pobres à justiça. O seu agir tomará os pobres por parâmetro e como critério do seu governo. Será alguém que se engaja pelos injustiçados. Nesse engajamento, ele baterá nos opressores e até matará os malvados. Mas isso com "a vara de sua boca" e com "o sopro dos seus lábios" (versículo 4). O texto aposta numa via democrática! Os pobres poderão abrigar-se junto a esse rei. Ele significa para eles a esperança e a chance de uma vida melhor, com justiça e equidade.

E haverá uma paz paradisíaca (Isaías 11,6-8)

A concepção de paz em Isaías 11,6-8 fala por si mesma. Aqui foram colocadas em verso esperanças utópicas, que se diferenciam profundamente de realidade vivida na época. Essa concepção de paz abarca relações pacíficas entre os animais (versículos 6-7) e entre animais e pessoas (versículo 8). Do conjunto desses motivos gostaria de colocar dois em destaque.

"O lobo habitará com o cordeiro" (versículo 6a).

Com esta frase, a perspectiva do nosso texto passa da figura do rei messiânico para as conseqüências no reino animal. O pensamento político é ultrapassado e, ao mesmo tempo, recebe continuidade.

Com essa afirma-se simultaneamente duas inversões. Primeiro a convivência pacífica de dois que até então eram inimigos mortais. A esperança não aponta para a superação do inimigo, mas do ser inimigo. Além disso, a imagem contém em si ainda um outro aspecto, a saber a inversão de

relações: o cabrito será hóspede na casa do lobo, o bezerro, na casa do leopardo (versículo 6). Certamente se objetiva a domesticação desses animais vorazes. Quer-se cortar os seus instintos depredadores.

Mas essas imagens do mundo animal são, a meu ver, também uma continuação dos versículos anteriores. Ali havíamos constatado que os fracos e os pobres encontrarão abrigo seguro junto ao novo rei. Os empobrecidos terão o direito de ver sua justiça realizada. Se ficássemos só nisso, teríamos simplesmente uma idealização da ideologia régia, isto é, daquilo que o reinado como instituição tradicionalmente pretende ser. Seria, por assim dizer, uma melhora ou reforma das relações existentes.

Mas a questão não deve ficar só nisso. As formas existentes serão redimensionadas. O forte será hóspede na casa do fraco; estará em sua casa como cidadão protegido. Interpreto a imagem de tal forma que aqui se busca prevenir uma dependência do fraco em relação ao forte. Essa expectativa brota da experiência. Pois quantas vezes observamos que o forte, que dá uma ajuda, rapidamente ou até simultaneamente também deseja que o fraco lhe seja submisso. Isso se pode perceber muito bem à nível mundial nas assim chamadas “ajudas para o desenvolvimento”. Os países ricos ajudam, mas desejam que os ajudados se comportem assim como os ajudadores o desejam. Algo similar podemos também conceber para as relações entre as pessoas, onde constantemente se verifica esse querer-tornar-o-outro-dependente. Paulo Freire dizia que o oprimido introjeta o opressor, internaliza-o de tal modo que os oprimidos dificilmente conseguem superar internamente as relações de dependência. Nesse nosso belo texto parece estar-se pensando preventivamente na superação de relações de dependência, pois o pobre, que é ajudado a ter o seu direito garantido (versículo 4) existencialmente, estará tão “erguido” que terá condições de acolher o forte em sua casa, em pé de igualdade. É, “*o lobo será hóspede na casa da ovelha*”.

Do todo há ainda um outro aspecto que eu gostaria de ressaltar. Está expresso no versículo 6b:

“... e um menino poderá levá-los a pastar em conjunto”.

É importante destacar que, no futuro esperado, o trabalho continuará sendo algo constitutivo da realidade. Não se espera a abolição do trabalho. Mas o trabalho será algo lúdico. Homens e mulheres trabalharão como se estivessem brincando. O trabalho será tão fácil que até um menino poderá realizá-lo. Um menino poderá levar para pastar em conjunto os animais, que até então estavam em inimizade. As relações sociais serão bem mais amigáveis!

Mas agora alguém poderia levantar a pergunta se de fato poderá vir a ser assim: o leão comendo palha com o boi! Isso seria a pergunta pela possibilidade de realização da utopia. Creio que tal pergunta não tem muito sentido. Mais importante é perguntar quais são as práticas atuais que correspondem àquelas concepções de paz. Ou podemos dizer de forma diferente: pelos seus desejos os conheceréis! Com isso o texto já fala diretamente a nós: Quais são as esperanças que nós carregamos?

“E em todo o meu santo monte não se fará mal algum” (Isaías 11,9)

Isaías 11,1-8 constitui um complexo quase completo em si. São como um feixe de esperanças. São esperanças colocadas que esperam e pressupõem uma ação de juízo da parte de Deus contra a enramada casa real. Com o versículo 9 o cenário privilegia novamente o monte de Jerusalém. O versículo 9 é uma constatação! Após o agir purificador de Deus contra os de “porte alto” da cidade, e depois que as esperanças se realizarem não se fará mal algum em todo o monte de Jerusalém, pois toda a terra, ou a cidade estará cheia do conhecimento de Deus. “*E ele praticou*

direito e justiça ... Não é isso conhecer-me? Dito de Javé.” Assim se pode ler em Jeremias 22,16. O conhecimento de Deus é a prática da justiça.

E o versículo 10 ? Uma janela para a reinterpretação

Aí trata-se de um acréscimo de época posterior. Assim também os versículos 11-14 e versículos 15-16. Juntos querem ser uma continuação de todo o poema sobre o poder e a esperança (Isaías 10,27-11,9). Possivelmente são da época do pós-exílio. Em termos de conteúdo há duas diferenças flagrantes:

- a) O messias não terá seu âmbito de poder restrito a Jerusalém ou ao reino do Sul/Judá (Isaías 11,9). Também os outros povos o reconhecerão.
- b) No versículo 10 fala-se do próprio “tronco” de Jessé e não mais do “rebento” desse tronco como em 11,1. Em termos de conteúdo, isso significa que não mais se está pensando num governante, mas na própria comunidade israelita da época do pós-exílio.

É verdade que o versículo 10 tenta focar a própria comunidade judaica pós-exílica. Essa será como uma luz ou “estandarte” para os povos. E “a glória lhe será a morada” (versículo 10b). Na medida em que esse versículo quer ser uma continuação do poema, ele é uma ajuda a mais para abrir o texto para a universalização de esperança messiânica do poema todo. É como que uma passagem para:

*“Da cepa brotou a rama,
da rama nasceu a flor,
da flor nasceu Maria,
de Maria o salvador.”*

De um jeito ou de outro, Deus acha um meio de estar sempre com a gente. Assim ele se faz “Emanuel”, um “Deus conosco”. Suas esperanças a nós concedidas sempre se realizam. Podem tardar, mas um dia se tornam realidade.

Em Jesus aconteceu.

Haroldo Reimer é teólogo e biblista. Fez doutorado em Antigo Testamento em Bielefeld, Alemanha. É pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em Niterói/RJ. Trabalha com assessoria bíblica e leciona no Seminário Metodista do Rio de Janeiro.

Endereço: Alameda Alcides, 102
24230-120 Niterói RJ.

Ele praticou o direito e justiça

Anotações sobre Jeremias 22,13-19

Haroldo Reimer

“Ele praticou direito e justiça” (Jeremias 22,15). Essa frase do profeta Jeremias é um elogio. Afinal, essa é uma das raras ou talvez até a única vez em que um dos profetas clássicos e críticos faz um elogio a um rei. O feliz elogiado é o rei Josias (639-609 a.C.), um dos últimos reis antes do exílio.

Essa frase de elogio surpreende. Afinal, em geral, os profetas radicais costumam denunciar que o direito (*mishpat*) e a justiça (*sedeq*) não são praticados. Isso se encontra repetidas vezes nos profetas do oitavo e sétimo séculos a.C.

Testemunho dos profetas

Acerca da cidade de Jerusalém, Isaías (1,21-26) afirmou que nela já habitavam direito (*mishpat*) e justiça (*sedaqa*), mas, na atualidade, ela está cheia de ladrões. Estes são os príncipes da cidade. Eles têm funções na jurisprudência, sendo até designados “juízes” (versículo 26). A eles competiria ter sensibilidade para tratar as questões das pessoas marginalizadas da sociedade. Mas a sua prática é outra. Por isso, Javé-Deus realizará um juízo purificador na sociedade. Será semelhante ao processo de separação da escória dos metais preciosos. Por fim, poderá existir novamente uma “cidade de justiça”.

Num panfleto contra a cidade, o profeta aldeão e ancião Miquéias (3,1-11) acusa os “cabeças de Jacó” e os “chefes da casa de Israel” (versículo 1) de odiar o bem e amar a prática do mal (versículo 2). Essas designações genéricas certamente se referem à elite dirigente do reino de Judá, centrados na capital Jerusalém. Envolvidos estão aí a corte real e os funcionários tanto judiciais quanto religiosos (versículo 11). Na concepção do profeta, porém, justamente eles deveriam conhecer o “direito” (*mishpat*) (versículo 1). Por sua prática, porém, lhes sobrevirá desgraça (versículo 12).

O profeta Amós denuncia que o direito foi transformado em alosna, isto é, numa planta de gosto muito amargo, e que a justiça foi derrubada por terra (5,7). Essa é uma constatação a partir de sua realidade. Esse é o lado negativo. Na teoria, a prática deveria ser outra. Parece ser assim que o direito (*mishpat*) é concebido como uma planta medicinal, que existe para a “recuperação dos feridos, para a libertação dos oprimidos”. Isso significa que o “direito” é um “regulador”, compete-lhe uma função reguladora na sociedade. É uma intervenção de pessoas e instâncias (justiça no portão e governantes) para a “cura” das relações sociais doentes. Mas essa “intervenção” foi transformada em algo amargo e acompanhado de dor (veja as denúncias das injustiças contra os fracos na sociedade: Amós 2,6b-8; 3,11; 5,10-12; 8,4-7). A imagem da “justiça” deitada por terra lembra antes uma grandeza impessoal, abrangendo e colhendo o todo. Seria o ideal, a força inspiradora e motora. Assim, desse ideal “justiça” podem brotar “frutos de justiça” (Amós 6,12b). Na falta de direito e justiça, Amós colocá, em 5,24, a reivindicação programática de que “corra o direito como a água e a justiça como um ribeiro perene”.

Em cada um dos textos proféticos é preciso verificar, no detalhe, o que cada um dos profetas quer expressar quando utiliza a expressão “direito e justiça”. Há nuances de acordo com o imaginário de cada um deles. Em termos gerais, porém, pode-se dizer que “direito e justiça” são práticas e grandezas que se estabelecem através da ação humana, através da forma da organização social e da participação de um ou mais atores sociais neste processo. Muitas vezes, esse estado de coisas se estabelece através da intervenção especial do rei governante (veja Isaías 9,6; Jeremias 22,3 e 15 e 23,5). É ação humana, profana, e aí também simultaneamente divina. Mais tarde, na época do pós-exílio, esse binômio expressa o pressuposto de que a graça divina possa se alojar entre as pessoas (veja Isaías 56,1; 59,9.14).

Nós queremos, agora, olhar com mais insistência o texto de Jeremias 22,13-19. Vamos ver no texto como ali se expressa, negativa e positivamente, a questão do direito e da “justiça”.

Jeremias 22,13-19 - estrutura, texto e contexto

Formalmente, o texto inicia com um “ai”. Isso já denuncia o seu caráter de “palavra de juízo”. Começa descrevendo as práticas injustas de um governante (versículos 13-14). Pelo contexto, sabe-se que é o rei Joaquim (609- 598 a.C.), filho do rei Josias. Nos versículos 18 a 19, apresenta-se a “sentença de desgraça”, introduzida no versículo 18 pela partícula “por isso” (*laken*), seguido da fórmula do mensageiro (“*assim diz Javé contra...*”)

Intercalado dentro desse “dito de juízo” encontra-se uma comparação das práticas de Joaquim com as de seu pai Josias (versículos 15-17). Nesse contexto, o profeta Jeremias faz aquele elogio altamente positivo ao rei Josias. Isso serve para contrastar com as práticas atuais do rei em exercício.

Vejamos o texto:

- 13 *Ai!*
Aquele que constrói sem justiça a sua casa
e sem direito o seu sobrado;
obriga o seu ‘camarada’ a trabalhar de graça
e não lhe dá o seu pagamento;
- 14 *e que diz:*
“Construirei para mim uma casa grande
com grandes aposentos”
E faz uma janela de aparecer na casa,
e forra a casa com cedro
e a pinta de vermelho.
- 15 *Você pensa que é rei porque tem mais cedros que os outros?*
Acaso seu pai não comeu e bebeu?
Ele praticou direito e justiça.
Por isso tudo corria bem para ele.
- 16 *Ele julgou com justiça a causa do pobre e do fraco.*

Por isso tudo corria bem para ele.

Acaso isso não é me conhecer? oráculo de Javé-Deus.

17 *Mas aos teus olhos e no teu coração não há outra coisa a não ser:
o lucro para ti,
o derramar sangue inocente,
praticar opressão,
e a violência.*

18 *Por isso:
Assim diz Javé a Joaquim, filho de Josias, rei de Judá:
“Ninguém vai prantear por ele, dizendo:
‘Ai, meu irmão! Ai, minha irmã’,
e ninguém vai lamentar por ele, dizendo:
‘Ai, senhor! Ai, majestade’!*

19 *Será enterrado como um jumento,
será arrastado e jogado fora, longe das portas de Jerusalém”.*

Jeremias 22,13-19 é parte de uma unidade maior que abarca Jeremias 21,1-23,8. Trata-se aí de uma espécie de “panfleto” contra a casa real de Judá. Neste panfleto alternam-se oráculos contra reis (22,10-12; 22,13-19; 22,24-30), palácios (21,13-14; 22,6-7), cidade e dinastia, ordenados sob o aspecto temático da justiça. A monarquia e os governantes, o palácio e a cidade parecem estar entrelaçados rumo a seu destino final: a destruição. Visto no seu todo, essas grandezas constituem a “casa real de Judá” (Jeremias 21,11).

Os motivos da crítica de Jeremias

Jeremias teve muitas querelas e questões com e contra Joaquim. Basta lembrar o episódio da queima de seu rolo de palavras proféticas pelo governante (Jeremias 36). Aqui em nosso texto, o motivo para a crítica a Joaquim é a construção de um novo palácio. Esta construção é designada de “sua casa”, “casa grande”. Trata-se aí não de uma obra pública necessária, mas de um objeto faustoso para o gozo pessoal do governante.

Jeremias afirma que esta obra acontece “sem direito” e “sem justiça” (versículo 13). Em termos gerais, isso em si poderia significar justamente que, sendo “sem direito”, a obra não foi o resultado de um processo de discussão social sobre a sua viabilidade ou necessidade. “Sem justiça” quer dizer que ela vai contra a lógica social. Mas o texto é mais específico. Essa frase geral e estigmatizante vem seguida de uma outra frase paralela (versículo 13b), que ajuda a entender melhor:

*“e obriga o seu ‘camarada’ a trabalhar de graça
e não lhe dá o seu pagamento”.*

Aqui a questão é o não-pagamento pelos serviços prestados. Quem trabalha na obra sai de mãos vazias, trabalha de graça, não recebe pagamento algum. Isso lembra aquela música: "...tá vendo aquele edifício, moço; fui eu quem ajudou a levantar...". Discute-se se aí trataria de pagamento de diarista ou empreitada, como é comum em nossos dias. Apesar de embrionariamente já existirem diaristas em Israel da época pré-exílica (veja formulações de Deuteronômio 24,14-15), é duvidoso que esse seja o caso aqui.

Creio, termos que pensar antes no mecanismo da corvéia, isto é, na requisição de camponeses para trabalhos forçados à serviço do monarca. Essa prática era conhecida. Os governantes com tendências absolutistas, sempre que podiam, recorriam a esse dispositivo para ver realizadas as suas nababescas obras faraônicas. Mas os profetas estavam atentos. Lembro de Miquéias (3,11):

*"...e edificais Sião com sangue,
e Jerusalém com perversidade".*

O versículo 17 de nosso texto caracteriza a prática governante de Joaquim com uma bateria de quatro frases, que revelam toda a sua gana de poder despótico.

*"Mas aos teus olhos e no teu coração não outra coisa a não ser:
o lucro para ti,
o derramar de sangue inocente,
praticar opressão,
e a violência."*

A caracterização (negativa) inicia fazendo alusão ao "lucro". Aí se trata não de algum tipo de mais-valia extraída da circulação e comércio de mercadorias. A palavra hebraica (*betza*) designa mais especificamente o espólio de investidas contra aldeias camponesas. É o saque, o despojo (veja Juízes 5,19). É tributo que se busca arrancar de quem não está em condições de oferecer resistência. Daí o termo ganha a sua conotação de "lucro ilícito". Extorqui-lo é como a prática voraz de "lobos que despedaçam a presa" (veja Ezequiel 22,27, referindo-se aos príncipes governantes). Tais práticas pareciam ser uma tendência quase "natural" dos governantes. Há até um provérbio que busca advertir contra tal:

*"Um príncipe falto de inteligência aumenta as extorsões;
quem despreza o tributo/lucro prolongará seus dias"*

(Provérbios 28,16).

Com isso liga-se a segunda caracterização: derramar sangue inocente. As incursões contra aldeias camponesas resultavam em derramamento de sangue especialmente quando estas ensaiam algum tipo de resistência (o "ciclo dos povos" em Amós 1-2 descreve muito bem tais investidas "militares"). Mas, aqui, Jeremias deve estar se referindo em especial à prática do trabalho forçado, da corvéia. Vai no sentido da denúncia de Miquéias 3,11, acima citada.

Obviamente isso já é "opressão" e "exploração". As palavras aí empregadas são correntes na profecia radical. Designam, no conjunto, diversas práticas especialmente contra os fracos e empobrecidos naquela sociedade.

As motivações para essas práticas são altamente egoístas. "*Vou construir para mim*", dizia o citado do próprio Joaquim no versículo 14. São práticas de afirmação própria e de competição.

O versículo 15a fala em “competir em cedro”. Toma referência ao versículo 14 onde se apontam os “detalhes” do novo castelo. Será forrado com cedro. Isso é o ápice do “chique”! Além disso, o castelo terá uma “janela de aparecer”. Trata-se de uma sala com uma janela extremamente ornamentada, onde o governante se mostrava ao povo em ocasiões especiais. Tudo isso segue o “*way of life*” egípcio-faraônico. No seu padrão de vida, Joaquim busca competir com os faraós egípcios. Mas o detalhe irônico é que é justamente a sua prática de governo que lembra ao povo camponês a “casa de servidão no Egito”.

A prática de Joaquim é egoísta. Só ele e seus desejos são o centro das atenções. Sua prática é excludente. O “próximo”, o “camarada” existe para ele somente como força de trabalho. Sua prática também é “ateísta”, porque exclui o próprio Deus. E é também alienante, porque exclui o próprio Joaquim. Sobre ele Jeremias não pôde dizer: “bem para ele”. Pelo contrário: somente mal lhe sobrevirá (versículos 18-19).

Com Josias foi diferente

A comparação contrastante entre Joaquim e seu pai Josias é muito elucidativa. Esse contraste ocupa o lugar central no oráculo profético (versículos 15b-16).

A vida e o governo de Josias são descritos como uma grandeza equilibrada. Também ele teve “obras” em favor próprio. Isso é descrito com “comeu e bebeu” (versículo 15). Comer e beber, são, na verdade, necessidades básicas de qualquer pessoa humana. É algo que cada um(a) de nós necessita. Mas, na linguagem bíblica, especialmente associado à vida na corte, o “comer e beber”, por exemplo, pode incluir a conotação de “banquete” (veja Amós 4,1; 6,4-6). Isso também deve ter feito parte da vida de Josias. Com toda certeza ele não levou uma “vida franciscana”.

Mas:

“Ele praticou direito e justiça.

Por isso tudo corria bem para ele.

Ele julgou com justiça a causa do pobre e do fraco.

Por isso tudo corria bem para ele.”

(Jeremias 22,15).

Jeremias testemunha que Josias realizou, no seu governar, os requisitos essenciais que se depositava e que se esperava de um bom governante (veja Isaías 11,1-5). Ele pôs em prática aquilo que pela ideologia real o governante tem que ser (veja Salmo 72,12-15). Os empobrecidos, os fracos da sociedade eram os privilegiados do seu agir e o critério do seu governo.

Essa prática é tida como “boa” (*tov*). Mais do que isso. Tal prática é teologicamente qualificada como o “(re)conhecimento de Deus” (versículo 16b). Agir assim é conhecer Deus, é colocar em prática a “lei de Deus gravada só no coração”. Sem essa prática em relação aos marginalizados não haveria a qualificação positiva (“bom”) e também não poderia haver o “conhecimento de Deus”. Isso tudo se dá na prática.

Acima manifestamos a estranheza por esse elogio sobremodo positivo em relação a um rei ter vindo da boca de um profeta radical como Jeremias. Afinal, os “nossos” profetas costumavam ser opositoristas ferrenhos. Como se explica isso?

Historicamente conseguimos reconstruir a situação em Israel na época do pré-exílio. Na segunda metade do sétimo século a.C., os assírios, que até então tinham sido o poder dominante em toda

região, perdem cada vez mais a sua força. Seu poder imperialista está debilitado. Surge um “vácuo de poder”. Aos poucos vão perdendo também o controle sobre a Palestina.

Internamente esse “vácuo de poder” é aproveitado, em Judá, por um grupo de revoltosos da corte, que depõe o rei Amon (641-640 a.C.), filho do abominável Manassés (696-641 a.C.), e usurpa o poder davídico (veja 2 Reis 23,23-26). Mas o grupo golpista não conseguiu se manter no poder. A Bíblia relata que o “povo da terra” prontamente interferiu. Liquidou com os golpistas e colocou o herdeiro davídico Josias no poder.

Porém, como menino de apenas oito anos (veja 2 Reis 23,1-3), Josias não poderia assumir o governo. Em seu lugar, o poder foi exercido por representantes do “povo da terra”. São estes expoentes do campesinato judaíta que dão o tom na corte. O menino-rei foi educado por um conselho de anciãos-sábios e instruído na lei de Deus. A coalizão, portanto, era mais ampla, incluindo o “clero menor (levitas) e os grupos sapienciais”.

A partir dessa constelação podemos concluir que, com essas reviravoltas políticas, houve uma alteração nas relações de poder. Isso se efetivou com o reinado de Josias e com a famosa “reforma josiânica”. Os novos ventos estavam mais favoráveis à classe dos camponeses. Não se tem notícias diretas de que, durante o seu governo, Josias tivesse tomado decisões contrárias aos interesses da classe do campesinato judaíta que o colocou e sustentava no poder. O reinado de Josias justamente não foi marcado por tributos, isto é, “lucro ilícito” nem por trabalhos forçados (corvéia). Nas relações sociais e econômicas buscou balancear as relações de modo a haver justiça. Disso atesta o “Código Deuteronomico” (Deuteronomio 12-16), na medida em que esse corpo de leis era a “constituição” do novo governo de Josias. É nesse sentido que Jeremias pode afirmar que “ele praticou direito e justiça”.

O novo momento político e social deve ter marcado também a linguagem. Chama a atenção que Jeremias fala em “próximo” quando denuncia que camponeses estão sendo requisitados para trabalhos forçados. Ele usa os termos comuns de “pobres”, “fracos”. Ele fala de “camarada”, “companheiro”. Na Nicarágua, isso deveria corresponder a algo como “sandinista”. No todo, a época de Josias deve ter sido, com todas as suas limitações, um florescer na primavera do vácuo no poder imperialista. Com Joaquim, contudo, todo o processo sofreu uma regressão violenta.

Essa constelação se manteve estável e durou até a morte de Josias no ano 609 a.C.. Essa estabilidade e continuidade de poder se evidencia no fato de que, após a morte de Josias, o “povo da terra”, tomou Joás, o segundo filho de Josias, e o colocou no poder. Assim agiram contra a tradicional seqüência hereditária. Mas isso não durou muito. Após três meses, o faraó Neco o destituiu (veja 2 Reis 23,34-35) e colocou o filho mais velho, de nome Eliaquim, no trono. Este viria a ser a partir daí Joaquim, alvo da crítica de Jeremias.

O texto de Jeremias 22,13-19, portanto, deve provir dos anos na virada do sétimo para o sexto século. Deve ter surgido por volta do ano 600 a.C.. Ele denuncia com veemência os novos empreendimentos absolutistas do novo governante. Jeremias silenciou e acompanhou com certa distância o transcurso do governo de Josias. Neste momento de “regressão à situação do Egito”, o profeta não consegue silenciar o seu elogio. Elogia um rei e elogia o povo e toda uma coalizão por seu engajamento para que houvesse “direito e justiça” na terra.

Haroldo Reimer é teólogo e biblista. Fez doutorado em Antigo Testamento em Bielefeld, Alemanha. É pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), em Niterói/RJ. Trabalha com assessoria bíblica e leciona no Seminário Metodista do Rio de Janeiro.

Números Anteriores do Mosaicos

1. Os ninivitas creram em Deus - Milton Schwantes
2. Vem, Espírito - Paulo Garcia e outros
3. Na voz das mulheres - Nancy Cardoso e outras
4. Jonas - Zwinglio Dias e outros
5. Misericórdia Quero - Roberto E. Zwetsch
6. Mulheres na prática da justiça e da solidariedade - Ivoni Richter Reimer
7. História de Israel - Milton Schwantes
8. Bíblia e Ecologia - Ivo Storniolo e outros
9. Introdução à leitura bíblica - Jane Falconi e outros
10. Interpretação bíblica na Igreja Oriental Antiga - Duncan Alexander Reily

Se você não tem, e gostaria de adquirir os números anteriores, entre em contato com o Setor de Distribuição do:

CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Av. Higienópolis, 983 - CEP 01238-001 - São Paulo SP

Fone: (011) 825 5544 - Fax: (011) 825 7861